

XIV Encontro Nacional da ABET – 2015 – Campinas

GT 7 – Relações de gênero, raciais e geracionais no trabalho

**Relações de gênero e divisão sexual do trabalho:
articulando trabalho produtivo e reprodutivo**

Tania Ludmila Dias Tosta

RELAÇÕES DE GÊNERO E DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO: ARTICULANDO TRABALHO PRODUTIVO E REPRODUTIVO

Resumo: Discussões sobre a divisão sexual do trabalho têm uma longa presença no movimento feminista e na academia. Se inicialmente a ideia expressava apenas a partilha de tarefas de forma complementar entre homens e mulheres, depois passa a ser usada de modo a vincular a esfera familiar e a esfera produtiva. Mesmo com a significativa ampliação da presença feminina no trabalho remunerado, as construções hierárquicas das relações entre os sexos permanecem e ainda se expressam por meio da divisão sexual do trabalho na esfera profissional e doméstica. Neste sentido, o objetivo deste estudo é compreender como se estruturam as relações de gênero e a divisão sexual do trabalho no mercado de trabalho brasileiro, focando na articulação entre trabalho produtivo e reprodutivo na comunidade universitária de uma instituição de ensino superior brasileira.

Palavras-chave: Gênero; Divisão sexual do trabalho; Trabalho reprodutivo; Trabalho produtivo; Instituição de Ensino Superior.

Relações de gênero e divisão sexual do trabalho: articulando trabalho produtivo e reprodutivo

Introdução

Discussões sobre a divisão sexual do trabalho têm uma longa presença no âmbito do movimento feminista. Desde os anos 1970 com a publicação de Ann Oakley sobre o trabalho doméstico não remunerado realizado por mulheres, o debate se frutifica com as contribuições da academia. Entre outras, encontra-se a concepção de Kergoat (2009) sobre a divisão sexual do trabalho. Se inicialmente a ideia expressava apenas a partilha de tarefas de forma complementar entre homens e mulheres, depois passa a ser usada de modo a vincular a esfera familiar e a esfera produtiva. Com a construção do conceito de relações sociais de sexo, como relações de poder constituídas entre dois grupos de interesses antagônicos, Kergoat (2009) depreende que homens e mulheres se colocariam em campos opostos na disputa pela divisão sexual do trabalho. Assim, além da destinação prioritária de mulheres para a esfera reprodutiva e de homens para a produtiva, a divisão sexual do trabalho se estrutura a partir dos princípios de separação (atividades de mulheres distintas de atividades de homens) e de hierarquização (trabalho de homens vale mais que o trabalho de mulheres).

Pensar o trabalho requer pensar trabalho reprodutivo, trabalho não-assalariado, entre outras possibilidades para além do trabalho produtivo assalariado, colocando em questão o modelo assexuado do trabalho (Hirata; Zarifian, 2009). O tempo do trabalho assalariado é condicionado pelo tempo do trabalho doméstico atribuído às mulheres que se multiplicam entre trabalho remunerado e não-remunerado.

No Brasil, estudos que tratam das relações de trabalho de homens e mulheres e não apenas do trabalhador masculino genérico têm como pioneiras Safiotti e Souza-Lobo (2011). Concomitantemente ao crescimento da participação feminina no mercado de trabalho há um aumento de pesquisas sobre o trabalho que incluem a perspectiva de gênero. Como um sistema de relações de poder organizado em torno da percepção das diferenças sexuais, o conceito de gênero permite desnaturalizar essas diferenças e tornar visíveis as hierarquias e desigualdades construídas em seu nome. Assim, os estudos

sobre gênero procuram compreender como se constroem significados para as diferenças, posicionando-as dentro de relações hierárquicas (Scott, 1995; Hirata; Kergoat, 2008).

No mundo do trabalho, as desigualdades se expressam de inúmeras formas, desde a menor participação no trabalho assalariado, concentração em segmentos ocupacionais ditos femininos, maior índice de desocupação, menor remuneração e menor presença nos cargos de liderança (Brasil, 2013; Araújo, Lombardi, 2013; Neves, 2013; Leite, Salas, 2014). Mesmo com a significativa ampliação da presença feminina no trabalho remunerado, as construções hierárquicas das relações entre os sexos permanecem e ainda se expressam por meio da divisão sexual do trabalho na esfera profissional e doméstica.

Neste sentido, o objetivo proposto é compreender como se estruturam as relações de gênero e a divisão sexual do trabalho no mercado de trabalho brasileiro, focando na articulação entre trabalho produtivo e reprodutivo, trabalho remunerado e trabalho doméstico. Esta discussão será realizada tendo como base um levantamento de indicadores de bases de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), além de uma pesquisa em uma instituição de ensino superior que, entre outros aspectos, investiga a divisão sexual do trabalho e a partilha do trabalho doméstico entre mulheres e homens que participam do mercado de trabalho remunerado.

Da metodologia e categorias em uma instituição de ensino superior

Este estudo apresenta alguns resultados de pesquisa mais ampla abordando o trabalho produtivo e reprodutivo de mulheres e homens da comunidade universitária de uma instituição de ensino superior¹. A partir de uma pesquisa do tipo *survey* realizada na Universidade Federal de Goiás são discutidos os elementos que permitem a articulação trabalho e família a partir da divisão sexual do trabalho.

A pesquisa abrangeu toda a comunidade da Universidade Federal de Goiás a partir de uma amostra representativa² de suas diversas categorias: estudantes, docentes,

¹ A pesquisa faz parte de um estudo mais amplo promovido pela Universidade Federal de Goiás e realizada pelo Núcleo de Estudos sobre Criminalidade e Violência (NECRIVI/FCS), intitulada "Violências, conflitos e crimes: subsídios para a formulação da política de segurança da UFG, 2014/2015". Agradeço ao Ricardo Barbosa de Lima que coordenou a pesquisa *survey* pela incorporação das questões relativas ao trabalho e afazeres domésticos e ao Guilherme Borges da Silva pela tabulação dos dados.

² Apresentando erro amostral $\epsilon = 3,74\%$ e nível de confiança $\alpha = 95\%$.

técnico-administrativos/as e terceirizados/as (que incluem trabalhadores/as da limpeza, vigilantes, motoristas). O *survey* utilizou uma amostragem aleatória estratificada proporcionalmente de acordo com as regionais da universidade (Goiânia, Goiás, Catalão e Jataí) e a categoria da população investigada. Totalizaram-se 669 questionários, dos quais foram entrevistados/as 527 estudantes, sendo 44,6% homens e 55,4% mulheres, 53 docentes (60,4% homens e 39,6% mulheres); 52 técnico-administrativos/as (48,1% homens e 51,9% mulheres); 37 trabalhadores/as terceirizados/as (48,6% homens e 51,4% mulheres).

A renda familiar dos entrevistados difere de acordo com a categoria em que se inserem. A mais elevada encontra-se entre os/as docentes: 52,8% afirmam estar na faixa de 10 a 20 salários mínimos. Entre os/as técnico-administrativos/as, a renda familiar mais encontrada foi a de 5 a 10 salários mínimos (42,3%), enquanto os/as terceirizados/as se situam na faixa mais baixa: 43,2% têm renda familiar de até 2 salários mínimos. A categoria de estudantes apresenta rendas familiares mais dispersas: 25,8% estão na faixa de 3 a 5 salários e 23,9% entre 1 e 2 salários. Como forma de comparação, de acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) de 2013, a maioria dos brasileiros declararam renda familiar em média de R\$ 2.983,00, o que daria pouco mais de 4 salários mínimos se considerado o valor do salário mínimo do período (IBGE, 2014b).

Quase metade das pessoas entrevistadas se identificaram como brancas, 36,8% declararam-se pardas e cerca de 10%, pretas. Outras formas de identificação de cor/raça foram: 1,6% amarelas, 0,1% índias e 0,9% outras. Não houve diferenças significativas de percentual de cor/raça em relação ao sexo. No Brasil, 52,9% das pessoas se declararam pretas e pardas segundo a Pnad de 2013, o que indica um percentual um pouco maior de negros do que entre os/as entrevistados/as da amostra (IBGE, 2014).

Na distribuição da população entrevistada por áreas de conhecimento, algumas se destacam pelo maior percentual de mulheres: Ciências Humanas (20,3% das mulheres e 11,6% dos homens), Ciências Médicas e da Saúde (17,5% das mulheres e 11,9% dos homens), Linguagens e Artes (10,3% das mulheres e 7,7% dos homens). Ciências Socialmente Aplicáveis têm exatamente o mesmo percentual de mulheres e homens (12,3%). Já as áreas de Ciências Matemáticas e Naturais; Engenharias e Computação; Ciências Agrônômicas e Veterinárias são predominantemente masculinas.

A área de Ciências Biológicas apresenta um pequeno percentual de entrevistados, mas as mulheres são o dobro da quantidade de homens.

Esta distribuição reflete a segregação ocupacional, caracterizada pela distribuição diferenciada de homens e mulheres nas diversas áreas de ocupação. A separação entre as atividades segundo o sexo tem origem na concepção de que mulheres teriam maior tendência a certas ocupações, como de cuidado e serviços, por exemplo (Charles, 2003). Assim, embora haja um aumento do número de mulheres inseridas em profissões antes consideradas masculinas, permanecem alguns guetos como os formados por mulheres enfermeiras e homens engenheiros (Yannoulas, 2013).

Os dados sobre cursos de ensino superior com maior número de matrículas em todo o Brasil apontam esta continuidade. Segundo o Censo da Educação Superior de 2012, realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP/MEC), as mulheres ainda concentram-se na área de Educação, de Saúde e bem-estar social, além da área de Ciências Sociais, negócios e direito, que abrange igualmente homens e mulheres. Enquanto isso, os homens concentram-se na área das Engenharias e de Computação. Conclui-se daí uma permanência na segregação por gênero em áreas concebidas como típicas de homens ou de mulheres. Entre os dez cursos com maior número de matrículas femininas, 35,5% estão na área de administração, direito, ciências contábeis e gestão, 19,6% abrangem a área de saúde e bem-estar e 16,9% são de pedagogia.

Trabalho produtivo e reprodutivo: articulando tempos e responsabilidades

Um forte crescimento da participação feminina no mercado de trabalho brasileiro vem se desenhando ao longo dos anos, embora permaneça uma diferença importante no percentual de ocupados de acordo com o sexo: 50,1% para as mulheres e 73,4% para os homens (IBGE, 2014b). É importante destacar, entretanto, que as mulheres apresentaram maior contribuição para a expansão da população ocupada entre os anos 2004 e 2013 (IBGE, 2014a). Todavia, grande parte da população desocupada no país constitui-se na intersecção entre marcadores de gênero, raça e escolaridade: 56,9% eram mulheres; 60,6% eram pretos ou pardos; e 50,8% não tinham completado o ensino médio. Perfil semelhante pode ser encontrado entre as pessoas que trabalham sem proteção social, engrossando os índices de informalidade (IBGE, 2014b).

As desigualdades de gênero no mercado de trabalho, compreendendo formas mais precárias de inserção, menores rendimentos, maior desemprego e segregação ocupacional podem ser desveladas por meio da perspectiva das relações de gênero e da divisão sexual do trabalho (Kergoat, 2009). A partir desta concepção, a articulação entre trabalho produtivo e reprodutivo torna-se fundamental para compreender as relações de trabalho como um todo. Como o trabalho reprodutivo não remunerado é realizado majoritariamente pelas mulheres, é preciso compreender as implicações desta realidade nas possibilidades e práticas sociais de homens e mulheres.

As esferas de produção e de reprodução devem ser pensadas de forma articulada, uma vez que o tempo do trabalho remunerado é condicionado pelo tempo do trabalho doméstico. Com a atribuição da responsabilidade principal pelo trabalho reprodutivo às mulheres, seu tempo precisa se multiplicar entre família e ocupação (Hirata; Zarifian, 2009). Em geral, a questão não se coloca para os homens, que ainda tendem a participar do trabalho doméstico de modo residual, na forma de uma "ajuda" e não uma partilha de responsabilidades (Bilac, 2014; Bruschini; Ricoldi, 2012).

Pesquisas apontam que o trabalho reprodutivo ainda é visto como um espaço majoritariamente feminino nas mais diferentes sociedades (De Henau; Puech, 2008; Araújo; Picanço; Scalon, 2008; Soares, 2008; Melo; Considera; Sabbato, 2013; Ávila; Ferreira, 2014). No Brasil, 88% das mulheres ocupadas de 16 anos ou mais de idade realizam afazeres domésticos, enquanto entre os homens este percentual cai para 46%, segundo dados da Síntese de Indicadores Sociais de 2013 (IBGE, 2014a). As mulheres têm uma jornada média em afazeres domésticos mais que o dobro da observada para os homens (20,6 horas/semana). Somando o tempo de trabalho remunerado com o tempo de trabalho doméstico, tem-se uma jornada feminina semanal total de 56,4 horas, superior em quase cinco horas à jornada masculina.

O índice de tempo total de trabalho expressa de forma mais adequada a quantidade de tempo investido por mulheres e homens no trabalho, somando trabalho remunerado e não-remunerado. Verifica-se, assim, que as mulheres trabalham mais, mesmo que a média de jornada masculina no trabalho produtivo seja maior.

A distribuição dos tempos de trabalho na comunidade universitária pesquisada foi analisada para compreender a articulação entre trabalho produtivo e reprodutivo. Considerando o tempo de trabalho remunerado no total das categorias (docentes,

técnico-administrativos/as, terceirizados/as e estudantes), 35% declaram uma jornada de 40 horas, 44,7% têm uma jornada menor e 18,3% dedicam mais de 40 horas semanais ao trabalho. No entanto, há grandes diferenças de jornadas entre as diversas categorias, assim como entre homens e mulheres.

De modo geral, 56,6% dos entrevistados da categoria de professores trabalham 40 horas. Contudo, o percentual varia entre professores e professoras. A grande maioria das mulheres (66,7%) concentra-se nesta jornada. No caso dos homens, metade cumpre 40 horas semanais, mas há mais docentes homens do que mulheres tanto em jornada menores como em maiores de 40 horas.

Para 69,2% dos servidores técnico-administrativos (mulheres e homens) a jornada semanal é de 40 horas. Diferentemente dos professores, bem poucos técnicos excedem esta jornada e uma quantidade significativa de mulheres têm uma jornada de trabalho menor como técnico-administrativas. Já entre os trabalhadores terceirizados homens, há uma divisão de 44,4% com jornada menor que 40 horas e 44,4% com jornada maior. Entre as mulheres terceirizadas, a quantidade que trabalha menos de 40 horas é praticamente a metade disto, 42,1% apresentam jornada de 40 horas e 36,8% trabalham mais de 40 horas.

Entre estudantes, conciliando trabalho com estudo, as jornadas são consideravelmente menores. Para alunos do sexo masculino com trabalho remunerado, 56,2% afirmam que dedicam menos de 40 horas por semana ao trabalho, 24,7% dedicam 40 horas, e 16,9% dedicam mais de 40 horas. Enquanto isso, para as mulheres as jornadas são ainda mais reduzidas: 75,3% trabalham menos de 40 horas por semana, 14,8% trabalham 40 horas e apenas 9,9% trabalham mais de 40 horas.

Considerando a média de tempo de trabalho remunerado de todas as categorias segundo o sexo, os homens apresentam maior jornada de trabalho do que as mulheres. No entanto é preciso observar as variações que ocorrem entre categorias, o que aponta para uma maior distância de jornadas entre as alunas e os alunos.

O outro lado da equação é o tempo dedicado ao trabalho reprodutivo. Pensando a população universitária como um todo, 12,3% dos homens afirmaram que não

despendem nenhuma hora por semana para os afazeres domésticos³. Por outro lado, o índice de mulheres que não têm participação nenhuma nos afazeres domésticos é de menos da metade deste valor (somente 5,3%). Além disto, 20% dos homens dedicam somente até 2 horas por semana para as tarefas domésticas, percentual que baixa para a metade no caso das mulheres. Em geral, os homens concentram-se entre os que gastam pouco ou nenhum tempo para os afazeres domésticos e as mulheres estão mais presentes nas jornadas mais longas. Assim, na categoria de pessoas que dedicam mais de 10 horas semanais ao trabalho doméstico há 24,5% das mulheres entrevistadas, mas somente 6,8% dos homens. Ou seja, nesta faixa, as mulheres trabalham 3,6 vezes mais que os homens.

Ao analisar a participação no trabalho reprodutivo segundo as categorias, novas especificidades são colocadas em questão. Entre docentes do sexo masculino, o percentual dos que não participam dos afazeres domésticos é mais baixo que a média (9,4%), embora ainda estejam distantes das colegas do sexo feminino: todas dedicam algum tempo ao trabalho doméstico. Neste sentido, a principal diferença entre professores e professoras pode ser percebida nos extremos. O fato de alguns homens afirmarem não participar dos afazeres domésticos e no percentual de mulheres que despendem mais de 10 horas semanais para o trabalho doméstico (28,6%, comparado com apenas 3,1% dos homens).

Situação parecida é encontrada entre servidores técnico-administrativos e trabalhadores terceirizados. A maior discrepância entre servidoras e servidores técnicos está novamente na quantidade de homens que não participa do trabalho doméstico e no percentual de mulheres que despendem mais de 10 horas semanais para o trabalho doméstico (48,1%, comparado com apenas 12% dos homens, isto é, a participação das mulheres é quatro vezes maior que a dos homens). No caso das trabalhadoras terceirizadas, 58% trabalham mais de 10 horas em casa, comparado com apenas 17% dos homens.

³ Na pesquisa, foi utilizada a definição de afazeres domésticos do IBGE, que compreende a realização, no domicílio de residência, de tarefas de: a) Arrumar ou limpar toda ou parte da moradia; b) Cozinhar ou preparar alimentos, passar roupa, lavar roupa ou louça, utilizando, ou não, aparelhos eletrodomésticos para executar estas tarefas para si ou para outro(s) morador(es); c) Orientar ou dirigir trabalhadores domésticos na execução das tarefas domésticas; d) Cuidar de filhos ou menores moradores; e) Limpar o quintal ou terreno que circunda a residência.

Observa-se, portanto, que as diferenças entre categorias são menores que a distância entre homens e mulheres no que diz respeito ao tempo dedicado aos afazeres domésticos. Contudo, o tempo de trabalho doméstico aumenta progressivamente de professores para técnicos, chegando a percentuais mais altos entre terceirizados, o que pode ser explicado pela questão dos rendimentos e a possibilidade ou não de delegar as tarefas para trabalhadoras/es remuneradas/os.

Apesar de manter o padrão geral de mais longas horas de trabalho doméstico para mulheres, o tempo gasto com afazeres domésticos das estudantes foi bem menor que das mulheres das demais categorias da comunidade universitária. É importante destacar, no entanto, que é maior o percentual de estudantes do sexo masculino dedicando mais de 10 horas semanais para os afazeres domésticos (6%) do que de professores do sexo masculino (3,1%).

Os resultados da pesquisa da população universitária estão condizentes com outros estudos que apontam que a distância entre homens e mulheres em relação ao tempo dedicado ao trabalho reprodutivo é maior que as outras condições que poderiam diferenciá-los, como renda, escolaridade, condição na ocupação ou arranjo domiciliar. É esta a conclusão apontada por pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) sobre desigualdades de gênero relacionadas ao trabalho doméstico:

Os diferenciais entre homens e mulheres aparecem como os mais importantes e, apesar de os valores variarem de acordo com as características colocadas em foco, a *diferença* de tempo gasto por homens e por mulheres pouco se altera. Pode-se concluir que de fato são atividades muito fortemente atribuídas às mulheres. Assim, não importa se a mulher tem uma alta renda, se é considerada chefe de família, se está ocupada; ela sempre gastará mais tempo com afazeres domésticos que os homens nas mesmas posições. E – o que é ainda mais revelador – ela gastará mais tempo com afazeres domésticos do que os homens na posição “oposta”. Assim, por exemplo, a condição de ocupação aparece como característica relevante na determinação do tempo dedicado aos afazeres domésticos – mulheres e homens desocupados gastam mais tempo do que os ocupados. No entanto, as mulheres ocupadas ainda despendem quase 10 horas a mais que os homens desocupados (IPEA, 2012, p.8).

Para compreender o trabalho reprodutivo, além de mensurar o tempo dedicado às atividades domésticas, é preciso analisar quem assume a responsabilidade principal por essas tarefas. Considerando a resposta de todas as categorias da população universitária entrevistada segundo o sexo, 43,2% das mulheres consideram-se as principais responsáveis pelos afazeres domésticos. Já para 31,8% delas, suas mães são

as responsáveis pelo trabalho de casa, além de 10,3% afirmarem delegar a tarefa para um/a trabalhador/a remunerado/a. Entre os homens entrevistados, 31,3% deixam a responsabilidade pelo trabalho doméstico para a sua mãe, 21% afirmam serem os principais responsáveis, 15,5% afirmam que seria o cônjuge e 14,2% pagam um/a profissional para realizar o trabalho.

Neste sentido, além de os respondentes homens representarem metade do percentual das mulheres que se consideram as responsáveis pelas atividades domésticas, a presença masculina em geral é muito baixa. No caso das entrevistadas mulheres, o cônjuge aparece como responsável em apenas 1,9% das respostas. Ao contrário da mãe, grande protagonista das atividades domésticas, o pai tem participação insignificante como responsável pelos afazeres tanto de entrevistadas como de entrevistados (0,8% e 1% respectivamente).

Na análise por categorias o cenário é não é muito diferente. Entre os professores homens, 43,8% afirmam que a responsabilidade principal pelos afazeres domésticos em sua casa seria da cônjuge, 21,9% da empregada/o doméstica, e 15,6% afirmam serem os principais responsáveis. Para 47,6% das professoras, a responsabilidade principal das tarefas é delegada para um/a trabalhador/a doméstico/a e 33,3% assumem serem as principais responsáveis.

Os servidores técnico-administrativos do sexo masculino apresentam respostas bastante similares aos colegas professores. A maioria afirma que a responsabilidade é da cônjuge (44%), 24% deixam o trabalho para empregada doméstica, 16% assumem serem os principais responsáveis. As técnico-administrativas seguem perto do perfil das professoras, com a diferença que mais técnicas assumem a responsabilidade principal pelos afazeres domésticos (51,9%), seguido de 25,9% que delegam a responsabilidade para trabalhadoras domésticas.

Entre terceirizados, novamente a prática masculina é de deixar a responsabilidade para a cônjuge (44,4%). Segue os que se consideram responsáveis (27,8%), os que deixam para a mãe (16,7%) e para outros (11,1%). Interessante destacar que não há respostas que mencionam trabalhadoras domésticas nesta categoria. Já entre as trabalhadoras terceirizadas, a quase totalidade (84,2%) assume a responsabilidade principal pelas tarefas domésticas, seguido por 10,5% que mencionam empregada doméstica e 5,3% a mãe.

Os estudantes do sexo masculino deixam a responsabilidade principal para a mãe em 38,3% dos casos, 21,7% afirmam serem os responsáveis, 15,7% respondem serem outras pessoas as responsáveis, 13,2% são trabalhadores domésticos e 6,4% as cônjuges. Entre as estudantes, novamente o protagonismo é delas: 40,4% são as principais responsáveis, 37,7% são as mães, 11% são outras pessoas, 6,2% são trabalhadoras domésticas. Percebe-se, portanto, que mesmo entre estudantes universitários, que em sua maioria são pessoas mais jovens e com acesso ao ensino superior, a divisão do trabalho doméstico segue os moldes tradicionais em que as mulheres são as grandes responsáveis pelo trabalho doméstico.

Homens de todas as outras categorias (docentes, técnicos e terceirizados) têm em comum a resposta de que em cerca de 44% dos casos são as cônjuges as protagonistas do trabalho doméstico. Para os estudantes do sexo masculino, é a mãe que ocupa o posto principal em quase 40% das respostas. A responsabilidade principal é delegada para trabalhadoras domésticas principalmente entre professores e técnico-administrativos de ambos os sexos. Elas assumem o primeiro lugar nas respostas das professoras mulheres, que têm maiores condições de recorrer à remuneração de outra pessoa para assumir o trabalho doméstico e não podem recorrer ao cônjuge para assumir a maior parte destas tarefas, como fazem os docentes homens.

Mesmo nas variadas categorias de pessoas que integram a comunidade universitária de uma instituição de ensino superior, composta por uma grande proporção de jovens e parcela altamente escolarizada da população, as mulheres ainda constituem as principais responsáveis pelo trabalho reprodutivo. De forma similar ao que ocorre na população brasileira em geral e a despeito das mudanças ocorridas tanto no mercado de trabalho como na própria estrutura familiar, o espaço central no trabalho doméstico é ocupado por elas, seja como mães, filhas, avós ou trabalhadoras remuneradas.

Considerações Finais

Para compreender as desigualdades de gênero a partir da divisão sexual do trabalho, este estudo analisou a articulação trabalho e família entre professores/as, estudantes, servidores técnico-administrativos/as e trabalhadores/as terceirizados/as de uma instituição de ensino superior brasileira. Os resultados indicam uma maior proporção de pessoas que declara participar das tarefas domésticas na comunidade universitária do que a média geral da população brasileira. Entretanto, o número de

horas dedicadas ao trabalho doméstico ainda é muito maior para as mulheres do que para os homens entrevistados, em todas as categorias analisadas. Em relação ao tempo de trabalho remunerado, há uma tendência à maior jornada para homens, mas a diferença é mais expressiva apenas na categoria de estudantes.

A representação da mulher destinada prioritariamente ao trabalho reprodutivo permanece presente no imaginário e na prática social da população analisada levando em consideração o grande número de mulheres consideradas como as principais responsáveis pelos afazeres domésticos. A comunidade universitária não rompe a concepção da divisão sexual do trabalho e conseqüente apropriação do trabalho gratuito das mulheres, acarretando uma sobrecarga feminina e concorrendo para o acirramento das desigualdades de gênero no mercado de trabalho.

Ainda que haja um crescimento na inserção de mulheres no trabalho remunerado, não houve incremento proporcional da participação do homem na partilha do trabalho doméstico, nem por políticas públicas ou mudanças na organização produtiva que permitissem a conciliação entre trabalho e vida privada e familiar. Assim, o modelo de articulação entre trabalho e família não sofre grandes modificações: quando não é a responsável pelo trabalho doméstico, a mulher delega a tarefa a outra mulher, familiar ou contratada.

Vista como força de trabalho secundária, conforme as palavras de Abramo (2010), a mulher ainda é definida sobretudo a partir de sua participação como responsável principal pelo trabalho reprodutivo. Sua inserção no mercado de trabalho se caracterizaria como complementar, não tem o mesmo estatuto do homem, em termos de remuneração ou reconhecimento social. Assumindo seu lugar no espaço produtivo, além da responsabilidade pelo espaço reprodutivo, trabalhadoras docentes, técnico-administrativas, terceirizadas ou estudantes buscam articular tempos e espaços em uma sociedade que não consolidou a socialização da reprodução por meio de instituições públicas, privadas ou comunitárias, e nem a partilha igualitária de responsabilidades na produção da vida.

Referências Bibliográficas

ABRAMO, Laís. Introdução. In: ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. *Igualdade de gênero e raça no trabalho: avanços e desafios*. Brasília: OIT, 2010.

ARAÚJO, Angela; LOMBARDI, Maria Rosa. Trabalho Informal, Gênero e Raça no Brasil do início do século XXI. *Cadernos de Pesquisa* (Fundação Carlos Chagas. Impresso), v. 43, p. 452-477, 2013.

ARAÚJO, Clara; PICANÇO, Felícia; SCALON, Celi. Percepções e práticas de gênero em perspectiva comparada. In: COSTA, Albertina; SORJ, Bila; BRUSCHINI, Cristina; HIRATA, Helena (orgs.). *Mercado de trabalho e gênero: comparações internacionais*. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2008.

ÁVILA, Maria Betânia; Ferreira, Verônica (orgs.). *Trabalho remunerado e trabalho doméstico no cotidiano das mulheres*. Recife: SOS Corpo/Instituto Patrícia Galvão, 2014.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres. *Relatório Anual Socioeconômico da Mulher*. Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, Novembro, 2013.

CHARLES, Maria. Deciphering Sex Segregation: Vertical and Horizontal Inequalities in Ten National Labor Markets. *Acta Sociologica*, v. vol. 46/4, 2003.

DE HENAU, Jérôme; PUECH, Isabelle. O tempo de trabalho de homens e mulheres na Europa. In: COSTA, Albertina; SORJ, Bila; BRUSCHINI, Cristina; HIRATA, Helena (orgs.). *Mercado de trabalho e gênero: comparações internacionais*. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2008.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Divisão sexual do trabalho profissional e doméstico: Brasil, França, Japão. In: COSTA, Albertina; SORJ, Bila; BRUSCHINI, Cristina; HIRATA, Helena (orgs.). *Mercado de trabalho e gênero: comparações internacionais*. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2008.

HIRATA, Helena; ZARIFIAN, Philippe. Trabalho (conceito de). In: HIRATA, Helena et ali (orgs.). *Dicionário Crítico do Feminismo*. São Paulo: UNESP, 2009.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira*. Rio de Janeiro, 2014a.

_____. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios*. Síntese de indicadores 2013. Rio de Janeiro, 2014b.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. *Trabalho para o mercado e trabalho para casa: persistentes desigualdades de gênero*. Comunicados do IPEA, n. 149, Brasília: IPEA, 2012.

KERGOAT, Danièle. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: HIRATA, Helena et ali (orgs.). *Dicionário Crítico do Feminismo*. São Paulo: UNESP, 2009.

OAKLEY, Ann. *Woman's work, the housewife, past and present*. New York: Vintage Books, 1974.

LEITE, Marcia de Paula; SALAS, Carlos. Trabalho e desigualdades sob um novo modelo de desenvolvimento. *Tempo social*, São Paulo, v. 26, n. 1, 2014.

MELO, Hildete Pereira de; CONSIDERA, Claudio, SABBATO, Alberto. *10 anos de mensuração dos afazeres domésticos no Brasil*. 35º Conferência da Associação Internacional para Pesquisas de Uso do Tempo (IATUR), Rio de Janeiro, 7 a 9 de agosto de 2013.

NEVES, Magda. Anotações sobre Trabalho e Gênero. *Cadernos de Pesquisa*, v.43 n.149, 2013, p.404-421.

SOARES, Cristiane. A distribuição do tempo dedicado aos afazeres domésticos entre homens e mulheres no âmbito da família, *Anais do XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais*, Associação Brasileira de Estudos Populacionais (ABEP), Caxambu, MG, 29/09 a 03/10, 2008.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*, v. 20, n. 2, 1995.

SOUZA-LOBO, Elisabeth. *A classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência*. 2ª. edição. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2007.

YANNOULAS, Silvia. Introdução: sobre o que nós, mulheres, fazemos. In: Yannoulas, Silvia. (Org.). *Trabalhadoras. Análise da feminização das profissões e ocupações*. 1ed. Brasília: Abaré, 2013.